DECISÃO SINGULAR DSG - G.ODJ - 5279/2016

PROCESSO TC/MS	:	TC/10071/2014
PROTOCOLO	:	1540430
ÓRGÃO	:	AGÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS
ORDENADORA DE DESPESAS	:	MARIA WILMA CASANOVA ROSA
CARGO DA ORDENADORA	:	DIRETORA-PRESIDENTE
ASSUNTO	:	CONTRATO N. 124/2014
CONTRATADA	:	TS CONSTRUTORA LTDA - EPP
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO	:	TOMADA DE PREÇOS N. 49/2014
OBJETO	:	RESTAURAÇÃO ASFÁLTICA EM DIVERSAS RUAS, NO MUNICÍPIO DE SETE QUEDAS
VALOR INICIAL	:	R$ 597.037,73
RELATOR	:	CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

CONTRATO. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. FORMALIZAÇÃO E TEOR. ATOS DE EXECUÇÃO DO OBJETO. LEGAL E REGULAR.

DO RELATÓRIO

Tratam os autos da apreciação do procedimento licitatório, na modalidade Tomada de Preços n. 49/2014 (1ª fase), da formalização e do teor do Contrato n. 124/2014 (2ª fase) e dos atos de execução do objeto contratual (3ª fase), celebrado entre a Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos – AGESUL e a empresa TS Construtora Ltda - EPP, constando como ordenadora de despesas a Sra. Maria Wilma Casanova Rosa, diretora-presidente à época.

O objeto do contrato é a restauração asfáltica em diversas ruas, no Município de Sete Quedas.

A Inspetoria de Engenharia, Arquitetura e Meio Ambiente (IEAMA), por meio da Análise ANA-IEAMA-5793/2016, manifestou-se pela regularidade e legalidade do procedimento licitatório, da formalização e do teor do contrato e dos atos de execução do objeto.

Ato contínuo, o Ministério Público de Contas, por meio do Parecer PAR–MPC-GAB.6 DR.JAC-6120/2016, opinou pela legalidade e regularidade das três fases da contratação.

DA DECISÃO

Registre-se que fora juntada aos autos toda a documentação obrigatória acerca do procedimento licitatório (1ª fase), com fulcro no Anexo I, Capítulo III, Seção I, Item 1.1.1, letra B, da Instrução Normativa TC/MS n. 35/2011, e da formalização contratual (2ª fase), conforme preconiza o art. 60 e seguintes da Lei Federal de Licitações e Contratos.

O instrumento contratual foi pactuado em observância às exigências do art. 55 e do art. 61, parágrafo único, ambos da Lei Federal n. 8.666/93.

A execução financeira atendeu aos ditames da Lei Federal n. 4.320/64 e restou assim demonstrada:

Valor da Contratação:	R$ 597.037,73
Nota de Empenho:	R$ 597.037,73
Notas Fiscais:	R$ 597.037,73
Ordens de Pagamento:	R$ 597.037,73

A documentação foi protocolada tempestivamente nesta Corte de Contas, atendendo o prazo estabelecido na IN/TC/MS n. 35/2011.

Diante do exposto, acolho o entendimento da equipe técnica da IEAMA e o parecer ministerial, e **DECIDO**:

1. pela **legalidade e regularidade** do procedimento licitatório, na modalidade Tomada de Preços n. 49/2014 (1ª fase), da formalização e do teor do Contrato n. 124/2014 (2ª fase) e dos atos de execução do objeto contratual (3ª fase), com fulcro no art. 59, I, da Lei Complementar Estadual n. 160/2012, c/c o art. 120, I, "a", II e III, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução Normativa TC/MS n. 76/2013;

2. pela **intimação** do resultado deste julgamento aos interessados, nos termos do art. 50 da Lei Complementar Estadual n. 160/2012, c/c o art. 70, § 2º, do RITC/MS.

Campo Grande/MS, 1º de julho de 2016.

CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO
Relator

dncs